



15ª Conferência Lusófona de Ciência Aberta (ConfOA) Acesso Aberto e Dados de Investigação Abertos: Revistas científicas de Acesso Aberto.

Modalidade: Pecha Kucha



O CENÁRIO DAS REVISTAS CIENTÍFICAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL E ADOÇÃO DE MODELOS DE NEGÓCIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

THE SCENARIO OF SCIENTIFIC JOURNALS AT FEDERAL UNIVERSITIES IN THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL AND THE ADOPTION OF BUSINESS MODELS FOR PUBLISHING ARTICLES.

Nilson Carlos Vieira Junior

Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Curitiba, Paraná, Brasil

Lattes: [8443685938952163](#) | Orcid: [0000-0002-8607-1648](#)

nilson.junior@ufpr.br

Carla Maria Martellote Viola

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Brasília, DF, Brasil

Lattes: [3133945606177771](#) | Orcid: [0000-0002-0895-8163](#)

carlaviola@ibict.br

Milton Shintaku

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Brasília, DF, Brasil

Lattes: [8605833104600600](#) | Orcid: [0000-0002-6476-4953](#)

shintaku@ibict.br

RESUMO:

O processo editorial de revistas científicas possui gastos e as vinculadas às universidades públicas podem ter problemas de sustentabilidade. Por isso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o cenário dos Portais de Revistas das Universidades federais da região sul para identificação da adoção ou não de *Article Processing Charge*. Adotou-se pesquisa exploratória, quali-quantitativa, bibliográfica e documental na web. Das 283 revistas científicas analisadas, 280 optaram pela não cobrança, e apenas três cobram taxas com possível uso de regras mais rígidas das universidades. Conclui que como no Brasil, as políticas de cobrança não possuem lei específica, as revistas devem ser transparentes sobre o que a taxa cobre e se há isenções disponíveis.

Palavras-chave: revistas científicas; universidades federais da região sul; *Article Processing Charge*.

INTRODUÇÃO

O Movimento de Acesso Aberto (*Open Access*) impactou o modelo de negócio da publicação científica, enquanto promoveu a disseminação sem barreiras dos resultados de pesquisa. Para Sandes-Guimarães e Costa (2012), com o uso e a adesão a um sistema de editoração de revistas científicas por meio de software de acesso livre de gestão de publicações periódicas como, o *Open Journal System* (OJS), desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP) e customizado no Brasil com a tradução para o português pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Segundo Barbalho (2005, p. 126), a revista científica objetiva comunicar a um determinado público e, sendo parte da comunicação científica, constitui-se como a principal via na veiculação de conhecimentos científicos produzidos por pesquisadores e validados por seus pares.

Já para Meadows (1999, p. 161) sobre pesquisa e comunicação, diz que: “a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis”. Nesse sentido, comunicar, por meio, de revistas científicas os resultados de pesquisa, além da inclusão pela comunidade científica de práticas ligadas ao movimento de acesso aberto, da adoção de software livre de gestão de revistas, e onde se busca pensar também questões referentes à sustentabilidade das revistas em um ambiente de pesquisa com oscilações de recursos financeiros.

Nesse ponto, uma das possibilidades de sustentabilidade dessas revistas foi a criação de *Article Processing Charge* (APC), que se manteve no Movimento da Ciência Aberta (*Open Science*), como relatam Appel e Albagli (2019a).

No Brasil, a legalidade da APC não é definida por uma lei específica, entretanto, é um ponto de discussão, principalmente pelas revistas vinculadas às universidades públicas, regidas por leis mais rígidas em relação ao recebimento financeiro externo. Apesar da questão por vezes ser analisada por diferentes vertentes do direito, principalmente pelos prismas dos direitos autorais, Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 (Brasil, [2021]) e do acesso à informação, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Brasil, [2022]) existe uma lacuna jurídica que exige a formalização de processos e procedimentos administrativos por parte dos gestores das revistas científicas que atendam a um modelo de negócio transparente.

Nesse contexto, questiona-se: como se dá a sustentabilidade das revistas científicas em Universidades Federais da região Sul do Brasil? Quais modelos de negócios são adotados pelas revistas, o modelo diamante ou o modelo de taxas de processamento de artigos, o APC?

Para responder tais questionamentos, o objetivo da pesquisa é apresentar o cenário dos Portais de Revistas das Universidades federais da região sul para identificação da adoção ou não, do modelo de negócio de taxas de processamento de artigos ou pela sigla em inglês, APC. Assim, a pesquisa se justifica porque as revistas científicas de instituições públicas dependem de financiamento público, tanto para produtos e serviços de editoração

científica, tais como revisão de textos no idioma português, tradução para o idioma inglês, marcação de *Extensible Markup Language* (XML) e validação de *Digital Object Identifier* (DOI), bem como, para outros custos de manutenção (Castilhos *et al.*, 2022).

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota abordagem mista quali-quantitativa de caráter exploratório e descritivo (Gil, 2023, p. 27), com pesquisa bibliográfica na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). Os termos de pesquisa utilizados, entre aspas, foram: i) APC e ii) taxas de processamento de artigo. O resultado da busca, recuperou 18 documentos, sendo selecionados 10 para utilização do estudo, após leitura e identificação dos termos de busca nos seguintes campos: título, resumo e palavras-chave, conforme esquema apresentado por Marconi e Lakatos (2023, p. 34).

Quanto à coleta de dados, foi realizado por meio de pesquisa documental na web, que de acordo com Meyer *et al.* (2000), apresenta vários sites com coleções de documentos, relacionados entre si e destinados a um determinado público.

Assim, foram levantadas as informações sobre as universidades federais pelo portal do Ministério da Educação (MEC)¹, onde foram selecionadas as universidades da região Sul. Após a extração e descrição das informações em planilha Excel, buscou identificar nos portais de revistas quais e quantas as revistas científicas hospedadas nos portais. Após identificação das revistas científicas nos portais e identificação de quais fazem uso do APC, para apresentação nos resultados.

RESULTADOS

A presente pesquisa busca responder às questões de pesquisa: como se dá a sustentabilidade das revistas científicas em universidades federais da região Sul do Brasil? Quais modelos de negócios são adotados pelas revistas, o modelo diamante ou o modelo de taxas de processamento de artigos, o APC?

Nesse sentido, apresentamos os seguintes resultados, onde foi possível identificar que das 11 universidades federais do sul brasileiro, apenas uma não possui portal de revistas, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Com isso, como apresentado no quadro 1, foram levantados dados de 283 revistas, pertencentes a 10 (dez) portais, consideradas correntes, com publicações periódicas nos últimos 3 (três) anos. Apenas 3 (três) revistas implementam APC, sendo uma minoria, em que grande parte adota a modalidade de acesso aberto diamante, como identificado no estudo de Appel e Albagli (2019b), com relação à baixa adesão de revistas pela adoção e uso do modelo de negócio, como o APC, por revista brasileira de acesso aberto.

¹ URL de acesso à página no MEC com a relação das Universidades federais da região sul: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes>

QUADRO 1 – Quantitativo de revistas científicas por instituições.

Nº	ESTADOS DA REGIÃO SUL	SIGLAS DAS UNIVERSIDADES	QUANTITATIVO DE REVISTAS	MODELO APC	
			CORRENTES	USO	NÃO USO
01	Paraná	UFPR	53	02	51
02		UTFPR	16	00	16
03		UNILA	08	00	08
04	Rio Grande do Sul	UFRGS	74	00	74
05		UFSM	36	00	36
06		UFPEL	28	00	28
07		FURG	15	00	15
08		UNIPAMPA	09	00	09
10	Santa Catarina	UFSC	34	01	33
11	PR. RS. e SC.	UFFS	10	00	10
TOTAL			283	03	280

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Das três revistas científicas que adotam o modelo de APC, uma revista é da área das Ciências Exatas e da Terra e duas revistas são da área das Ciências da Saúde. Esse resultado encontra amparo no que Silva *et. al.* (2022) relatam sobre o aumento da adoção do modelo de cobrança de taxa de processamento por revistas nas áreas médicas.

Da mesma forma, confirma algumas questões da controvérsia da adoção do APC, relatado de Dias *et. al.* (2023) por revistas brasileiras e na pesquisa de Pereira e Furnival (2020), que identificou baixa adesão a adoção de APC como modelo de negócios e visando a sustentabilidade por revistas brasileiras. Quanto a forma de pagamento, a revista da área das Ciências Exatas e da Terra informa o link de acesso para a emissão de boleto da taxa de submissão, com as orientações da fundação que administra a cobrança.

Já as duas revistas da área da Ciência da Saúde disponibilizam informações detalhadas sobre os valores e para quais serviços serão destinados; uma é realizada pela própria revista e a outra por uma fundação de apoio institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de publicação com cobrança de APC é relativamente novo no cenário mundial, e o Brasil continua se adaptando a essa nova realidade. A existência de diversos modelos de publicação, dificulta a criação de uma legislação única e abrangente. Além de que, a cobrança de APC envolve questões éticas, financeiras e de acesso à informação, que exigem um debate mais aprofundado e um consenso entre os diversos atores envolvidos.

A ausência de uma legislação sancionada gera diversos entraves para os pesquisadores brasileiros, porque sem parâmetros normativos estabelecidos, a negociação com as revistas

científicas se torna mais complexa. Soma-se a esse fato que a cobrança de APC pode limitar o acesso à publicação para pesquisadores de instituições com menos recursos por impactarem seus orçamentos.

Conclui-se que no corpus analisado predomina a não cobrança de taxas e tendo em vista que no Brasil ainda não há uma obrigatoriedade legal específica para as políticas de APC e não existe um posicionamento oficial do governo brasileiro, é considerada boa prática que as revistas sejam transparentes sobre seus custos, o que a taxa cobre e se há isenções disponíveis.

Recomenda-se, diante da necessidade iminente da regulamentação de APC, que outras pesquisas sejam realizadas nas demais regiões do Brasil para maior representatividade da sua adoção e análise de quais procedimentos são realizados para que essa cobrança ocorra.

REFERÊNCIAS

APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. Acesso Aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 187–208, out./dez. 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50113>. Acesso em: 16 fev. 2024.

APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals. **Transinformação**, Campinas, v. 31, e180045, 2019b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/Q8qKpmCvxHqQQC6VHPCYsWw/?lang=en>. Acesso em: 31 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180045>.

BARBALHO, C. R. S. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G. **Preparação de revistas científicas**: teorias e práticas. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 123-158.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 16 fev.2024.

CASTILHOS, C. *et al.* Reflexões a respeito do financiamento das iniciativas de Acesso aberto: analisando as políticas de taxas de processamento de artigos e de financiamento público em periódicos brasileiros. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 25, p. 631-642, out. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/70326>. Acesso em: 16 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5216/ci.v25.70326>.

DIAS, C. G. S.; MENEZES, D. T. S. Mapeando a controvérsia da cobrança de taxas de processamento de artigos (Article Processing Charges - APC) por acesso aberto. **Bibliocanto**, Natal, v. 9, n. 2, p. 116-132, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/33418>. Acesso em: 16 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33418>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2023.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEYER, M.; PFAFFENBERGER, B.; BABER, R. **Nosso futuro e o computador**. 3. ed. São Paulo, SP: Bookman, 2000.

PEREIRA, V.; FURNIVAL, A. C. Revistas científicas em acesso aberto brasileira no DOAJ: modelos de negócios e sua sustentabilidade financeira. **Brazilian Journal of Information Science**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 88-111, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7340416>. Acesso em: 16 fev.2024.

SANDES-GUIMARÃES, L. V. de; COSTA, S. M. de S. Brazilian scientific journals that use the Open Journal Systems (OJS): a quality analysis. **Journal of Information Systems and Technology Management**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 61–88, 2012. Disponível em: <https://www.tecsi.org/jistem/index.php/jistem/article/view/10.4301%252FS1807-17752012000100004/292>. Acesso em: 30 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.4301/S1807-17752012000100004>

SILVA, M. V. P.; JORGE, V. A.; SILVA, W. M. C.; GRANDO, R. L.; FONSECA, F. L. Impacto da taxa de processamento de artigos em uma instituição de pesquisa em saúde: um estudo de caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 8., 2022, Maceió. **Anais [...]** Maceió: [s. n.], 2022. p. 10-17. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciict/53841>. Acesso em: 16 fev. 2024.